

Brasília-DF, 09 de janeiro de 2025

## CNTI/NCST participam do 8 de Janeiro, Ato pela Democracia em Brasília



Nesta quarta-feira, 8 de janeiro, a **Praça dos Três Poderes**, em Brasília, foi tomada por milhares de trabalhadores e trabalhadoras, representantes sindicais, movimentos sociais e figuras políticas em um grande **Ato em Defesa da Democracia**. O evento marcou repúdio aos ataques golpistas de 2023, reafirmando o compromisso coletivo com a preservação das instituições democráticas e a luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

O Presidente Lula e a primeira Dama Janja participaram do abraço coletivo em torno da palavra "Democracia", que estava escrita no chão da Praça dos Três Poderes, local onde estão as sedes dos três poderes: Presidência da República, Congresso e Supremo Tribunal Federal (STF).



"Hoje mostramos mais uma vez que juntos somos capazes de defender nossos direitos e a nossa liberdade mesmo em meia a chuva estávamos firmes. Os atentados de 8 de janeiro de 2023 foram os mais graves à ordem constitucionalmente e democraticamente eleita no país, desde o golpe de

1964, que instalou a ditadura militar no país", reflete Sônia Zerino, Secretária da Mulher da CNTI/NCST que esteve presente no ato.



## A Defesa da Democracia: Um Chamado das Lideranças Sindicais



Centrais sindicais valorizam a importância da democracia para os desafios de garantir direitos, emprego e justiça/Manifestação dos trabalhadores com seus sindicatos em Brasília

A luta pela democracia no Brasil é uma causa que envolve toda a sociedade e, particularmente, suas lideranças. Neste texto, representantes das centrais sindicais do país — CUT (Central Única dos Trabalhadores), Força Sindical, UGT (União Geral dos Trabalhadores), CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores), CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros), Intersindical e Pública — unem-se em um manifesto que reforça a importância de resguardar e fortalecer a democracia.



**Brasília-DF, 09 de janeiro de 2025**

A mensagem destaca os desafios enfrentados, desde o marco da redemocratização com a eleição de Tancredo Neves em 1985 até as ameaças contemporâneas, como os ataques golpistas de janeiro de 2023. As lideranças sindicais renovam o compromisso com o fortalecimento das instituições, a valorização do trabalho e uma conquista de avanços sociais e humanos, reafirmando que a democracia deve ser uma desvantagem.

**Confira a íntegra da nota:****Defender a democracia é uma causa de todo o povo brasileiro**

Há quarenta anos, a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, em janeiro de 1985, inaugurava um novo período para o Brasil e seu povo trabalhador: a redemocratização. Embora eleito por via indireta, Tancredo foi o primeiro presidente civil após o golpe de 1964. Sua eleição marcou o fim da ditadura militar brasileira.

Hoje, 8 de janeiro de 2025, resgatar esta memória reforça nossa consciência sobre o valor de vivermos em um país onde a população é livre para se organizar, para se expressar, para reivindicar mais direitos e melhores condições de vida.

Vivemos, desde 1985, o maior período de democracia, com as instituições funcionando e os movimentos sindical e popular podendo atuar com liberdade.

Entretanto, insistentes reflexos de um passado recente, o bolsonarismo saudoso da ditadura militar, nos alertam para o fato de que a democracia é um sistema em permanente construção, que deve ser cultivado e aprimorado sempre.

Os ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023, em Brasília, partiram de grupos que não aceitaram a eleição de um governo pela maioria dos brasileiros através do voto, esse direito tão duramente conquistado. Eles almejavam impor, de forma autoritária e violenta, uma ordem paralela. Como descobrimos recentemente, estavam articulados com uma grande conspiração cujo objetivo era repetir o abominável golpe de 1º de abril de 1964.

As instituições democráticas falaram mais alto e, naquele momento, agiram para debelar a usurpação de poder que assombrava a capital federal.

Todos nós devemos nos envolver nesta causa que é a defesa da democracia, sem relativizá-la em falsas interpretações. É preciso fortalecer os partidos políticos, o movimento social, as organizações de trabalhadores e as instituições que organizam nosso país. Mesmo com todos os desafios que ela apresenta,

só em uma democracia podemos lutar e conquistar juntos a valorização do trabalho e o avanço social e humano.

*Sem anistia aos golpistas! Não passarão!*

*Viva os trabalhadores e as trabalhadoras!  
Viva a democracia!*

*São Paulo, 8 de janeiro de 2025*

Sérgio Nobre, presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores)

Miguel Torres, presidente da Força Sindical

Ricardo Patah, presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores)

Adilson Araújo, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)

Moacyr Tesch Auersvald, presidente da NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores)

Antonio Neto, presidente da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros)

Nilza Pereira, secretária-geral da Intersindical Central da Classe Trabalhadora

José Gozze, presidente da Pública Central do Servidor

Fonte: Rádio Peão Brasil

**Sindicatos e democracia – Clemente Ganz Lúcio**

Os sindicatos são organizações fundamentais para sustentar e proteger as democracias e o fazem com sua atuação desde os locais de trabalho, nos espaços setoriais, regionais, nas cadeias produtivas, no âmbito nacional ou internacional. Os sindicatos promovem experiência de participação democrática das pessoas que trabalham ao elaborar pautas que reúnem reivindicações que expressam os interesses dos trabalhadores; ao reunir um posicionamento coletivo em relação às demandas; ao conduzir as negociações com a representação empresarial e ao deliberar por implementar um acordo coletivo ou convenção coletiva; ao encaminhar e organizar ações como, por exemplo, as greves, que exigem deliberações coletivas complexas; ao estabelecer política de comunicação com a base representada.

Os sindicatos sustentam um contínuo espaço de participação e processo de decisão exercitado para expressar interesses coletivos, mediá-los com interesses de outras partes e deliberar encaminhamentos.

Os sindicatos são instituições essenciais nas



sociedades democráticas porque atuam diretamente sobre o conflito distributivo do produto econômico gerado pelo trabalho. Formulam demandas e propostas, disputam interesses e criam regras distributivas da riqueza gerada pelo trabalho de todos, incidindo sobre o montante que fica para o trabalho na forma de salário, jornada de trabalho, benefícios econômicos e sociais, políticas de igualdade, entre outros.

Os sindicatos ao longo da história expandiram sua atuação para tratar da regulação de todas as formas de emprego no setor privado e no setor público, o fazem por meio da negociação e da contratação coletiva.

As mudanças no mundo do trabalho desafiam os sindicatos a criar capacidade de representação coletiva de trabalhadores e trabalhadoras com diferentes formas de inserção ocupacional e de relações de trabalho que ultrapassam o clássico assalariamento ou de vínculo com o setor público. Gerar uma organização coletiva sustentada pela solidariedade, reunir nas pautas as demandas, aglutinar capacidade e competência para a negociação coletiva, promover espaços de deliberação coletiva e processos de organização e de lutas para uma força de trabalho excluída da representação sindical e das proteções trabalhistas, previdenciárias e sociais é um desafio hercúleo. Mais de 40% o contingente de trabalhadores no Brasil está sem proteção sindical (autônomo, conta-própria, doméstico, cooperado, terceirizados, plataformizados, entre outros), a maioria em situação de alta precarização e vulnerabilidade, dispersos, atomizados e com pouca experiência associativa no mundo do trabalho.

As democracias ganham concretude em sociedades onde há liberdade e a igualdade é uma utopia almejada e buscada. Os sindicatos são espaços coletivos do livre exercício que demanda e luta pela igualdade.

Na origem das democracias estão os sindicatos, propositores e persistentes defensores do direito universal ao voto, das eleições livres, da liberdade de organização dos sindicatos e dos partidos políticos, dos direitos sociais, do Estado de Direito, entre outros.

As democracias experimentam no mundo ataques poderosos perpetrados por aqueles que a negam e rejeitam. O projeto de enfraquecer ou destruir os sindicatos faz parte da estratégia de enfraquecer as democracias. Uma das formas de fragilizar ou atacar as democracias é inviabilizar os sindicatos, criminalizar seu trabalho de representação e tirar poder das negociações coletivas.

A CSI – Confederação Sindical Internacional promove a Campanha mundial em defesa da democracia, com o

objetivo de fortalecer o sentido estratégico do papel dos sindicatos nas sociedades e para defender todas as dimensões da liberdade e da democracia.

Como afirmou o secretário-geral da CSI, Luc Triangle, “os sindicatos são o maior movimento social do mundo. Incorporamos e praticamos valores democráticos diariamente. É hora de reafirmarmos nosso compromisso de defender e promover esses princípios globalmente. A democracia não é apenas um ideal político, mas uma realidade vivida e que os trabalhadores estão em uma posição única para defender e aprimorar.”

Tragicamente, a cada ano desde 2018, mais países experimentaram declínios nos processos democráticos conforme aponta o Relatório “O Estado Global da Democracia 2023”[1]. Essa tendência antidemocrática se materializa também nos ataques aos direitos sindicais, mapeados ao longo dos últimos dez anos pela CSI segundo o “Índice Global de Direitos 2023”[2]. Em 2023, as violações atingiram novos máximos: 87% dos países violaram o direito de greve, enquanto 79% violaram o direito à negociação coletiva.

A campanha protagonizada pela CSI tem dois eixos mobilizadores:

A luta pela Democracia nas Sociedades, onde os sindicatos defendem as liberdades fundamentais, mobilizando-se para as eleições, solidarizando-se com os trabalhadores sob ataque, defendendo avanços nos impostos progressivos e um novo contrato social em seus países.

A luta pela Democracia no Trabalho, incluindo o direito de greve, de organizar um sindicato e de negociar coletivamente.

Promover o respeito pelos direitos dos trabalhadores, garantir o investimento organizativo para promover uma alta densidade sindical, fruto de uma ampla base de representação para a contratação coletiva e alta capacidade de sindicalização, levam a uma distribuição de renda e de riqueza mais equitativa e a uma maior confiança da sociedade nas instituições democráticas.

*Clemente Ganz Lúcio, sociólogo, coordenador do Fórum das Centrais Sindicais, consultor, membro do CDESS – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável da Presidência da República, membro do Conselho Deliberativo da Oxfam Brasil e ex-diretor técnico do DIEESE (2004/2020).*

Fonte: Agência Sindical

Brasília-DF, 09 de janeiro de 2025

## CNI questiona contribuição para custeio de aposentadoria de trabalhadores expostos a ruídos

Pandu Agus Wismoyo/Unsplash



A Confederação Nacional da Indústria (CNI) acionou o Supremo Tribunal Federal contra a regra que estabelece cobrança adicional a empresas para financiar a aposentadoria especial de empregados que trabalham em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física, especialmente os expostos ao ruído excessivo. A ação direta de inconstitucionalidade foi distribuída ao ministro Alexandre de Moraes.

O objeto de questionamento é o artigo 57, parágrafo 6º, da Lei 8.213/1991, que trata das alíquotas adicionais para financiamento da aposentadoria especial, além de dispositivos do Regulamento da Previdência Social e de atos normativos da Receita Federal que detalham a aplicação da regra. A entidade questiona também o conjunto de decisões judiciais que resultou na edição da Súmula 9 da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

A CNI argumenta que a lei não é clara o suficiente sobre quem deve pagar essa contribuição, especialmente no caso de trabalhadores expostos ao ruído. Com isso, a Receita Federal estaria aplicando de forma equivocada a tese fixada pelo STF (Tema 555) de que a declaração do empregador quanto à eficácia das medidas de proteção coletiva ou individual não descaracteriza o tempo de serviço para a aposentadoria especial.

Para a entidade, a concessão do benefício deve depender da comprovação concreta da exposição, com oportunidade de o empregador produzir provas no processo fiscal. A seu ver, no formato atual, a contribuição tem gerado profundo impacto econômico nas atividades industriais.

### Pedido de informações

Em razão da relevância da matéria e de seu significado para a ordem social e a segurança jurídica,

Alexandre aplicou ao processo o rito previsto na Lei das ADIs que autoriza o julgamento do caso pelo Plenário diretamente no mérito, sem prévia análise do pedido de liminar.

Ele solicitou informações ao presidente da República, ao Congresso Nacional, à Receita Federal do Brasil e ao presidente da TNU. Em seguida, o advogado-geral da União e o procurador-geral da República devem se manifestar sobre o caso. Com informações da assessoria de imprensa do STF.

ADI 7.773

Fonte: Consultor Jurídico

## Produção industrial cai 0,6% em novembro ante outubro, aponta IBGE

Em 12 meses até novembro, a produção acumulou elevação de 3,0%



A produção industrial caiu 0,6% em novembro ante outubro, na série com ajuste sazonal, divulgou nesta quarta-feira, 8, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado foi idêntico à mediana das previsões de analistas do mercado financeiro ouvidos pelo Projeções Broadcast. O intervalo de estimativas ia de queda de 1,4% a alta de 0,3%.

Em relação a novembro de 2023, a produção subiu 1,7%. Nessa comparação, sem ajuste, as estimativas variavam de um recuo de 5,9% a um aumento de 3,4%, com mediana positiva de 1,4%.

No acumulado do ano até novembro, que tem como base de comparação o mesmo período do ano anterior, a indústria teve uma alta de 3,2%.

Em 12 meses até novembro, a produção acumulou elevação de 3,0%.

Fonte: Agência Brasil